

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MARCELA FERNANDES REIS

**POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A PARTES
NÃO SIGNATÁRIAS À LUZ DAS TEORIAS DO GRUPO DE COMPANHIAS E DO
CONSENTIMENTO IMPLÍCITO**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARCELA FERNANDES REIS

**POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A PARTES
NÃO SIGNATÁRIAS À LUZ DAS TEORIAS DO GRUPO DE COMPANHIAS E DO
CONSENTIMENTO IMPLÍCITO**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação
do professor **Gustavo da Rocha Schmidt**
apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel em
Direito.

Rio de Janeiro, novembro/2020

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARCELA FERNANDES REIS

**POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A PARTES
NÃO SIGNATÁRIAS À LUZ DAS TEORIAS DO GRUPO DE COMPANHIAS E DO
CONSENTIMENTO IMPLÍCITO**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação
do professor **Gustavo da Rocha Schmidt**
apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel em
Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do orientador: Gustavo da Rocha Schmidt

Nome do Examinador 1: Fabiano Robalinho Cavalcanti

Nome do Examinador 2: Gustavo Kloh Muller Neves

Assinaturas:

Gustavo da Rocha Schmidt

Fabiano Robalinho Cavalcanti

Gustavo Kloh Muller Neves

Nota final:_____

LISTA DE ABREVIATURAS E EXPRESSÕES

Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Convenção de Nova York	Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras celebrado em Nova York em 10 de junho de 1958
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
IBA	International Bar Association
ICC	International Court of Arbitration
LCA	Liverpool Cotton Association
Lei de Arbitragem	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996
REsp	Recurso Especial
SE	Sentença Estrangeira
SEC	Sentença Estrangeira Contestada
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UNIDROIT	International Institute for the Unification of Private Law

RESUMO

Desde o final do século XX, com a sua regulamentação em sistemas jurídicos diversos, a arbitragem tem ganhado reconhecimento e notoriedade como método alternativo de solução de controvérsias. Seja pela necessidade de rápida resolução da lide ou em decorrência da busca por soluções técnicas e especializadas, sobretudo em setores altamente regulados da economia, fato é que a submissão dos conflitos à jurisdição arbitral tem se tornado prática recorrente no comércio nacional e internacional. Nesse contexto, a utilização cada vez mais frequente do referido instituto tem possibilitado o surgimento de novas perguntas, cujas respostas não puderam ser antevistas pelo legislador. Entre esses novos questionamentos, inclui-se o objeto de estudo deste trabalho: a possibilidade ou não de extensão dos efeitos da cláusula compromissória a partes não signatárias. Longe de se buscar uma resposta taxativa e de aplicabilidade automática a todos os casos, o presente artigo busca indicar, à luz da teoria do grupo de companhias e do consentimento implícito, as hipóteses em que seria possível estender os limites subjetivos da cláusula compromissória, sem que se incorresse em violação a princípios basilares do direito, como os princípios da autonomia da vontade das partes e da relatividade dos contratos.

Palavras-chave: Arbitragem. Cláusula Compromissória. Extensão Subjetiva. Partes não signatárias. Autonomia da Vontade das Partes. Relatividade dos Contratos. Grupo de Companhias. Consentimento Implícito.

ABSTRACT

Since the end of the 20th century, with its regulation in different legal systems, arbitration has gained recognition and notoriety as an alternative dispute resolution method. Whether due to the need for a quick dispute resolution or as a result of the search for technical and specialized solutions, especially in highly regulated economy sectors, the fact is that the submission of conflicts to arbitration has become a recurring practice in national and international trade. In this context, the increasingly frequent use of the aforementioned method has enabled the emergence of new questions, whose answers could not be foreseen by the legislator. This work's scope is included among these new questions: the possibility of extending the effects of the arbitration clause to non-signatory parties. Far from seeking a final, automatically applicable answer to all cases, this article seeks to indicate, in the light of the group of companies theory and implicit consent, the hypotheses in which it would be possible to extend the subjective limits of the arbitration clause without violating fundamental legal principles, such as the principles of party autonomy and privacy of contracts.

Keywords: Arbitration. Arbitration clause. Subjective extension. Non-signatory parties. Party Autonomy. Privacy of Contracts. Group of Companies. Implied Consent.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
 SEÇÃO I - DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES E DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS	8
1.1. O CONTEXTO DA DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES	8
1.2. A VINCULAÇÃO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E O PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS	13
 SEÇÃO II - EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A PARTES NÃO SIGNATÁRIAS: UMA VISÃO MENOS FORMALISTA DO DIREITO.....	19
2.1. A TEORIA DO GRUPO DE COMPANHIAS E O JULGAMENTO DO CASO DOW CHEMICAL.....	23
2.2. A TEORIA DO CONSENTIMENTO IMPLÍCITO NO PLANO INTERNACIONAL	28
2.3. AS TEORIAS DO GRUPO DE COMPANHIAS E DO CONSENTIMENTO IMPLÍCITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	32
 CONCLUSÃO.....	37
 REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado no formato de artigo acadêmico, se debruçará sobre a seguinte temática “Possibilidade de Extensão da Cláusula Compromissória a Partes não signatárias à Luz das Teorias do Grupo de Companhias e do Consentimento Implícito”.

Pretende-se, em primeira instância, investigar os problemas de ordem teórica referentes à extensão subjetiva da cláusula compromissória. Neste ponto, será, inicialmente, analisada a decisão que declarou a constitucionalidade da arbitragem no ordenamento jurídico pátrio, bem como serão remontadas as discussões travadas entre os Ministros no bojo do julgamento da Sentença Estrangeira nº 5206-7, com o objetivo de se demonstrar que a constitucionalidade da lei de arbitragem teve por objetivo privilegiar a autonomia da vontade das partes.

Em seguida, tendo como ponto de partida a produção doutrinária sobre a temática, buscar-se-á discurrir sobre o princípio da autonomia da vontade das partes, de modo a demonstrar de que maneira a extensão subjetiva da cláusula compromissória à parte que não se vinculou expressamente a esse método de resolução de conflitos poderia representar uma ofensa ao referido princípio.

A primeira seção deste artigo encerra-se com a análise do princípio da relatividade dos contratos, o qual também pode se apresentar como importante fundamento na defesa da tese de impossibilidade de extensão dos efeitos da cláusula compromissória a partes não signatárias.

A segunda seção, por sua vez, tem por objetivo dissecar duas hipóteses doutrinárias e jurisprudenciais de extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias, sob as óticas nacional e internacional, a saber: (i) teoria do grupo de companhias e (ii) teoria do consentimento implícito.

Sendo este o plano de fundo da presente pesquisa, por meio da análise doutrinária e jurisprudencial a respeito do tema, pretende-se demonstrar que o ordenamento jurídico pátrio recepcionou as teorias do grupo de companhias e do consentimento implícito, permitindo a extensão subjetiva da cláusula compromissória quando se puder evidenciar, por outros meios que não a oposição de assinatura na convenção de arbitragem, que a parte não signatária tinha a intenção de se vincular ao procedimento arbitral.

SEÇÃO I - DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES E DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS

1.1. O CONTEXTO DA DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES

O instituto da arbitragem encontra-se regulamentado no país desde 1996, por meio da Lei nº 9.307. Todavia, apenas meia década após a sua entrada em vigor, em dezembro de 2001, é que a arbitragem veio a ser declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do *leading case* SE nº 5.206¹.

A tese até então prevalecente, e que figurou nos votos vencidos dos Min. Sepúlveda Pertence, Sydney Sanches, Néri da Silveira e Moreira Alves, era a de que a lei de arbitragem deveria ser declarada inconstitucional, por violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal, inscrito no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Nos termos do voto proferido pelo relator do caso, Min. Sepúlveda Pertence, muito embora fosse possível à parte renunciar ao exercício do direito de ação (que é reflexo subjetivo da garantia de prestação jurisdicional, insculpida no art. 5º, inciso XXXV, CRFB), no que diz respeito a uma pretensão material disponível, a opção pela jurisdição arbitral não poderia anteceder à efetiva atualidade da controvérsia, motivo pelo qual a cláusula compromissória não atenderia esse pressuposto de constitucionalidade, posto que contratada pelas partes antes do surgimento da lide. Em função disso, a renunciabilidade da ação não existiria em abstrato e só poderia ser aferida no caso concreto, dado que teria por pressuposto, em cada caso, a disponibilidade das pretensões materiais contrapostas.

A despeito do voto do Min. Pertence ter sido acompanhado por mais três integrantes da corte constitucional, consagrou-se vencedora a tese que reconhecia a constitucionalidade da Lei nº 9.307, liderada pelos Min. Nelson Jobim, Ilmar Galvão, Ellen Gracie, Maurício Corrêa, Marco Aurélio, Celso de Mello e Carlos Velloso.

De acordo com a tese vencedora, o princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal seria dirigido ao legislador, no sentido de que este não poderia excluir da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito. Por outro lado, não teria a Constituição vedado que os

¹ STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, Plenário, Relator Min.Sepúlveda Pertence, julgado em 12/12/2001.

interessados optassem por expressamente excluir os seus litígios da apreciação judicial². Afinal, não havendo dúvidas de que a parte poderia transacionar em torno de seus direitos substanciais, sendo apta, inclusive, a desistir da ação, não seria razoável induzir a inconstitucionalidade da Lei nº 9.307 simplesmente por substituir o juízo estatal pelo juízo arbitral na apreciação de lides envolvendo direitos patrimoniais disponíveis³.

Em que pese a lei brasileira de arbitragem ter sido julgada constitucional no bojo do SE nº 5.206, momento em que se tornou inequívoca a possibilidade de submissão de conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis e partes capazes à jurisdição arbitral, não se pode olvidar do fato de que a decisão da corte constitucional tinha por fundamento a autonomia da vontade das partes, bem como, por pressuposto, a inequívoca intenção dos contratantes de se vincular ao procedimento arbitral.

Antes de partir para a análise dos votos dos ministros no julgamento do *leading case* SE nº 5.206, deve-se perquirir o conceito de autonomia da vontade das partes, apelando-se à doutrina pátria para que se busque uma definição a propósito de tal conceito jurídico indeterminado.

Na lição de Maria Helena Diniz, o princípio da autonomia da vontade refere-se ao poder das partes de livremente estipular, mediante acordo volitivo, a disciplina de seus interesses da maneira que melhor lhes aprouver, produzindo com isso efeitos tutelados pelo sistema jurídico⁴.

Dessa maneira, é o elemento de liberdade de solução de controvérsias na seara arbitral que assegura seu caráter voluntário e, portanto, não obrigatório. Nessa toada, alude Francisco José Cahali, ao afirmar que a submissão de litígios à arbitragem resulta da expressão de liberdade de escolha das partes, sendo essencial que se averigue a vontade das partes no estabelecimento desse método alternativo de solução de conflitos⁵.

O Min. Francisco Cláudio Santos, por sua vez, corrobora os entendimentos acima colacionados ao afirmar que a lei brasileira de arbitragem privilegiou a autonomia da vontade, assentando a convenção de arbitragem como negócio jurídico contratual e conferindo ao instituto arbitral natureza dúplice, *i.e.*, tanto privada como jurisdicional. Santos ressalta, ainda,

² De acordo com o entendimento proferido por meio do voto do Min. Nelson Jobim no STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, Plenário, Relator Min.Sepúlveda Pertence, julgado em 12/12/2001.

³ De acordo com o entendimento proferido por meio do voto do Min. Carlos Velloso no STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, Plenário, Relator Min.Sepúlveda Pertence, julgado em 12/12/2001.

⁴ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. São Paulo: Saraiva, 27a ed., 2011, p. 1940-41

⁵ CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 3. ed. p. 140

que, como fruto da manifestação da vontade das partes, a convenção arbitral expressa uma opção, qual seja, a de substituir a jurisdição estatal pela arbitral ⁶.

Repare-se que o mesmo peso e importância foram conferidos ao princípio da autonomia da vontade das partes no âmbito do julgamento da Sentença Estrangeira nº 5206-7, o que pode ser vislumbrado, sobretudo, nos votos dos Min. Nelson Jobim, Ilmar Galvão e Marco Aurélio.

Nos termos do voto vista do Min. Nelson Jobim:

Não há que se ler na regra constitucional (art. 5º, XXXV), que tem como destinatário o legislador, a proibição das partes renunciarem à ação judicial quanto a litígios determináveis, decorrentes de contrato específico. Lá não se encontra essa proibição. Pelo contrário, o texto proíbe o legislador, não o cidadão. **É o reconhecimento da liberdade individual. É esse o âmbito de validade da Lei nº 9.307/96**⁷

No mesmo sentido aduziu o Min. Ilmar Galvão em seu Voto Vista:

Não se cuida, entretanto, de ato por meio do qual alguém declara haver renunciado, de forma absoluta a todo direito de ação, a partir de determinado momento, o que seria inadmissível, mas de simples cláusula contratual em que as partes vinculadas a determinada avença, que tenha por objeto direito patrimonial de natureza disponível, **deliberem, de livre e espontânea vontade**, que toda dúvida que o contrato vier a suscitar será, obviamente, por elas próprias dissipadas de comum acordo; e, com certeza, se não lograram êxito nesse propósito, será ela, aí já qualificada como controvérsia, resolvida necessariamente por terceiro ou por terceiros de sua confiança, cuja decisão será obrigatoriamente por eles acatada⁸
Antes da lei, portanto, a procedência das razões do réu; **com a lei, a procedência da cláusula contratual, consequentemente, da autonomia da vontade**⁹

Em sintonia com os votos dos Min. Nelson Jobim e Ilmar Galvão, destacou o Min. Marco Aurélio:

É de salientar que tal arbitragem **não surge** por milagre **ou por imposição**, mas porque prevê a lei a necessidade de as partes, quando da formalização do contrato, que poderá gerar um conflito, inserirem, **no âmbito da manifestação espontânea da vontade**, essa espécie de solução de conflitos¹⁰
Então, senhor presidente, a premissa de meu voto é única. Não vejo conflito no cotejo da Lei nº 9.307/96 com a Lei Maior da nossa República. Vejo a harmonia, a homenagem a esse Diploma Básico, no que **a Lei de Arbitragem consagra o**

⁶ SANTOS, Francisco Cláudio de Almeida. *Os princípios fundamentais da arbitragem*, In: *Arbitragem*. Lei brasileira e praxe internacional. 2. Ed, 1999, p. 133, *apud* LEE, João Bosco, Parecer – Caso Inepar v. Itiquira', Revista Brasileira de Arbitragem, (Comitê Brasileiro de Arbitragem CBar & IOB; Comitê Brasileiro de Arbitragem CBar & IOB 2008, Volume V Issue 17) pp. 62 - 82. Disponível em: <https://www-kluwarbitration-com.sbproxy.fgv.br/document/kli-ka-rba-0517006-n?q=instaura%C3%A7%C3%A3o%20do%20procedimento%20arbitral%20AND%20vontade%20das%20partes>. Acesso em 15/10/2020.

⁷ STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, Plenário, Relator Min.Sepúlveda Pertence, julgado em 12/12/2001, DJ 30.04.2004.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

princípio da manifestação de vontade, e o faz, repito, quanto a direitos patrimoniais disponíveis, com o cuidado de afastar do crivo do árbitro os indisponíveis¹¹

Conforme observado nos trechos acima destacados, a expressa intenção das partes de se vincularem à cláusula compromissória foi pressuposto para a declaração de constitucionalidade da lei brasileira de arbitragem, permitindo a submissão de litígios ao juízo arbitral, desde que circunscritos a determinada relação jurídico-contratual envolvendo direitos patrimoniais disponíveis.

Todavia, não se pode afirmar que a decisão seria a mesma caso, à época, o Supremo Tribunal Federal se encontrasse diante do julgamento da possibilidade de submeter à arbitragem litígios envolvendo partes que não ofereceram seu consentimento, de forma expressa e inequívoca, a esse meio de solução de controvérsias.

Sendo a autonomia da vontade o pressuposto para que as partes pudessem excluir da apreciação do judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito patrimonial disponível, sem que se incorresse em violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal, é possível que se afirme que, não havendo manifestação explícita de vontade, não seria possível obrigar a parte a submeter seu litígio à arbitragem sob pena de violação do referido princípio constitucional e, consequentemente, da ordem pública nacional.

De fato, este foi o posicionamento adotado tanto pelo STF quanto pelo STJ no julgamento do caso *Plexus v. Santana*¹². No referido caso, foram celebrados dois contratos de comercialização de algodão que, entre suas cláusulas, faziam referência às regras da Liverpool Cotton Association (LCA), entre as quais se incluía a eleição da instituição arbitral. Todavia, inexistia menção expressa à eleição do juízo arbitral, havendo apenas simples remissão às normas da LCA.

Surgindo uma lide entre Plexus e Santana, a primeira companhia submeteu o litígio à arbitragem, obtendo sentença favorável, a qual desejava homologar no Brasil. O relator do caso, contudo, Min. Maurício Corrêa, compreendeu que a simples menção às normas da LCA não era suficiente para que se averiguasse a anuência da requerida com a submissão do litígio à via arbitral. Complementarmente, ressaltou o Min. Carlos Velloso que a cláusula compromissória deveria ter sido assinada por ambas as partes para que pudesse ser reputada válida e eficaz.

Não tendo êxito na homologação da sentença arbitral pelo STF, Plexus reiterou o pedido de homologação da sentença arbitral perante o STJ¹³. Contudo, a decisão do Superior Tribunal

¹¹ Idem.

¹² STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ 04.10.2002.

¹³ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ 20.03.2006.

de Justiça se deu na mesma linha da decisão anteriormente proferida pelo STF, denegando a sentença arbitral estrangeira por compreender que a não oposição de assinatura da requerida na cláusula compromissória ofenderia a ordem pública nacional, por contrariar o princípio de que a aceitação da submissão de litígios à via arbitral deve ser expressa.

No mesmo sentido, ao julgar o caso *Indutech v. Algocentro*¹⁴, que também faz referência à homologação de sentença arbitral proferida pela LCA, o STJ orientou-se, mais uma vez, no sentido de ser imprescindível a assinatura da cláusula compromissória por ambas as partes para que a renúncia à jurisdição estatal fosse considerada válida e eficaz.

Ressalta-se que, no referido caso, o Ministério Público manifestou-se em sentido favorável à homologação do laudo arbitral, por considerar que os elementos fático-probatórios do caso concreto confirmariam a efetiva vontade das partes de se vincular à arbitragem.

Não obstante, o STJ optou por adotar uma visão formalista e estrita da lei de arbitragem, negando a homologação do laudo arbitral. Seguindo o entendimento do Min. Relator Hamilton Carvalhido, entendeu o STJ que:

faltando aos autos prova da manifesta declaração autônoma de vontade da requerida de renunciar à jurisdição estatal em favor da arbitral, o **pedido importa em violação** do artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei n. 9.307/96, **do princípio da autonomia da vontade e em ofensa à ordem pública brasileira**, restando inviabilizada a homologação, nos termos dos artigos 5º, inciso I e 6º da Resolução n. 9, de 4 de maio de 2005.¹⁵

Também em *Grain v. Coopergrão e Oito*¹⁶, o STJ deixou firme e evidente seu posicionamento ao afirmar que apenas não restaria configurada a violação à ordem pública nacional quando houvesse “inequívoca manifestação de vontade das partes contratantes no tocante à escolha do procedimento arbitral para a solução de conflitos”.

Observa-se, portanto, que, em uma análise preliminar, a extensão dos efeitos da cláusula compromissória a um terceiro não signatário mostrar-se-ia incompatível com o ordenamento jurídico pátrio, representando uma afronta ao princípio da autonomia da vontade das partes - pressuposto para a declaração de constitucionalidade da lei de arbitragem - e, consequentemente, representando uma ofensa à ordem pública nacional.

¹⁴ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ 13.11.2007

1.2. A VINCULAÇÃO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E O PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS

Reconhecida a relevância conferida ao princípio da autonomia da vontade das partes para que a submissão de litígios à arbitragem seja considerada como válida e harmônica com o ordenamento jurídico pátrio, há que se analisar, também, o princípio da relatividade dos contratos, o qual, em consonância com o princípio da autonomia da vontade, parece, à primeira vista, rechaçar a possibilidade de extensão dos efeitos da cláusula compromissória a terceiros não signatários.

Antes, contudo, de se adentrar na análise do princípio da relatividade dos contratos, é essencial que se perquiram a respeito (i) da autonomia da cláusula compromissória em relação ao contrato em que está inserida e (ii) da necessidade de, segundo a lei brasileira de arbitragem, a cláusula compromissória ser contratada por escrito.

O princípio da autonomia da cláusula compromissória encontra-se disposto no art. 8º da Lei Brasileira de Arbitragem, o qual versa que:

Art. 8º A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.

Compreende-se, dessa maneira, que há uma separação entre a cláusula compromissória e o contrato em que se encontra inserida¹⁷. Nesse sentido, caso o contrato principal seja considerado nulo ou ineficaz, sua nulidade ou ineficácia não atingem a cláusula compromissória.

Na lição de Pedro Batista Martins, a cláusula compromissória não está sujeita às regras de acessoriedade, posto que se encontra no mesmo nível do contrato principal. O autor também destaca que, a despeito de estar inserta no contrato maior, juridicamente encontra-se assegurada a incomunicabilidade da cláusula compromissória, motivo pelo qual mantém sua independência e incolumidade frente aos vícios que eventualmente contaminem o contrato principal¹⁸.

Na mesma toada, Carlos Alberto Carmona aduz que:

A cláusula compromissória recebe, da lei, natural autonomia em relação ao contrato onde eventualmente vier inserida. E é natural que assim seja até porque a nulidade (ou a anulabilidade) do contrato poderá ser submetida à decisão dos árbitros, tudo a pressupor a separação da cláusula do restante do contrato. Por

¹⁷ FOUCHARD, Philippe et. al. *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*. The Hague: Kluwer Law International, 1999, p. 148.

¹⁸ MARTINS, Pedro A. Batista. *Estudos de Arbitragem Mediação e Negociação Vol.2*. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2003. p. 72-73.

consequência, se um contrato nulo (por não ter seguido a forma prevista em lei, ou porque seu objetivo seja ilícito) afetasse a cláusula compromissória nele encaixada, os árbitros nunca teriam competência para decidir sobre questões ligadas exatamente à nulidade do contrato. Seria, então, muito fácil afastar a competência dos árbitros, pois bastaria que qualquer das partes alegasse matéria ligada à nulidade do contrato para que surgisse a necessidade de intervenção do juiz togado.¹⁹

Fazendo referência à doutrina internacional, Gary Born, na segunda edição de sua obra intitulada *International Commercial Arbitration*, ressalta que:

The characteristics of an arbitration agreement...are in one sense independent of the underlying or substantive contract [and] have often led to the **characterization of an arbitration agreement as a 'separate contract.'** [An arb agreement] is ancillary to the underlying contract for its only function is to provide machinery to resolve disputes as to the primary and secondary obligations arising under that contract.²⁰

Consequência lógica do princípio da autonomia da cláusula compromissória é que a lei aplicável ao contrato principal e a lei aplicável à cláusula compromissória podem ser distintas²¹.

Outra decorrência do princípio da autonomia da cláusula compromissória é que, sendo esta considerada um pacto contratual apartado, também deverá ser interpretada de maneira distinta ao contrato em que se encontra inserida, levando-se em consideração seus próprios elementos.

Estando sedimentada a ideia de que a cláusula compromissória deve ser lida e interpretada como um contrato autônomo, passa-se agora a discorrer sobre a imposição, pela Lei Brasileira de Arbitragem, e pela Convenção de Nova York, de celebração por escrito deste contrato.

Em relação à Lei Brasileira de Arbitragem, a necessidade de a cláusula compromissória ser contratada por escrito decorre do art. 4º, §1º, do referido diploma normativo

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§1º **A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito**, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

Além do artigo acima destacado, a Lei nº 9.307/96 faz mais duas menções à necessidade de materialização da cláusula compromissória por escrito, uma delas no bojo dos contratos de adesão e a última ao tratar da homologação de sentença arbitral estrangeira.

¹⁹ CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo – Um Comentário à Lei no 9.307/96*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009, 3a edição, p.173.

²⁰ BORN, Gary B. *International Commercial Arbitration*. 2nd edition (Kluwer Law International 2014) p. 350

²¹ SCHILL, Stephen W. In: BERG, Albert Jan van Den. *Legitimacy: Myths, Realities, Challenges*. Kluwer Law International, 2015. 18 v. (ICCA Congress Series). p. 789-827.

No âmbito dos contratos de adesão, a lei de arbitragem determina, *ipsis litteris*, em seu art. 4, §2º, que “a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula”.

Já no tocante aos requisitos para homologação da sentença arbitral estrangeira, a lei impõe, em seu art. 37, II, que seja apresentada a versão original da convenção de arbitragem ou sua cópia certificada, deixando evidente o pressuposto de celebração por escrito da cláusula compromissória ou do compromisso arbitral.

No mesmo sentido aduz a Convenção de Nova York sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais, promulgada no Brasil sob a forma do Decreto nº 4.311/2002, ao estipular, em seu art. II, 1, que os Estados signatários do documento deverão reconhecer, para fins de aplicação dos efeitos da Convenção, o “acordo escrito” consubstanciado na cláusula compromissória.

Indo além, a Convenção de Nova York esclarece de forma clara e explícita, em seu art. II, 2, aquilo que deve compreendido a propósito da expressão “acordo escrito”, fazendo referência à cláusula arbitral inserida em contrato ou acordo de arbitragem, firmado pelas partes ou contido em troca de cartas ou telegramas, restando clara a obrigatoriedade de contratação da convenção de arbitragem de forma escrita.

Fundamentando-se na leitura fria dos dispositivos acima elencados, parte da doutrina defende que a cláusula compromissória deve ser necessariamente contratada de forma escrita para que seja reputada válida pelo ordenamento jurídico pátrio.

Nas palavras de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery “a cláusula compromissória deve ser pactuada dentro de outro contrato, sendo da essência do ato a forma escrita”²². Da mesma maneira compreende Joel Dias Figueira Junior, ao afirmar que a cláusula compromissória nunca poderá ser presumida, devendo sempre ser expressa²³.

Reconhecida a autonomia da cláusula compromissória e partindo do pressuposto de que deverá ser celebrada por escrito, passa-se, agora, à análise do princípio da relatividade dos

²² NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*. 10 ed. São Paulo: RT, 2007, *apud* PRADO, Viviane Muller; DECCACHE, Antônio. *Arbitragem e Desconsideração da Personalidade Jurídica*, p. 16. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f5496252609c43eb/>

²³ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem, Jurisdição e Execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 184.

contratos, o qual aduz que o instrumento contratual – *i.e.* a cláusula compromissória - vincula somente as partes contratantes, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

Acerca do princípio da relatividade dos contratos, leciona Eduardo Kataoka que se trata do princípio por meio do qual se extrai que um instrumento jurídico contratual apenas produz efeitos perante as partes contratantes, considerando-se as demais partes como “terceiros” que, sob de uma perspectiva clássica, não estariam vinculados a nenhuma das disposições firmadas.²⁴

No mesmo sentido, aduz Carlos Konder que:

Assim, se o contrato deve ser cumprido porque livremente querido pelas partes, não podem ter esse dever aqueles que não o quiseram. **Os terceiros – aqueles que não manifestaram vontade para a criação da normativa contratual – seriam genuinamente indiferentes à existência daquele vínculo e imunes aos efeitos daquele negócio.**²⁵

Especificamente no contexto arbitral, destaca-se o entendimento de Arnaldo Wald:

Como a arbitragem repousa nos **vínculos contratuais entre as partes e entre estas e o árbitro, seus liames não se manifestam senão entre os contratantes.** A legitimidade de parte para o procedimento arbitral, por isso, só se estabelece entre os sujeitos contratuais. A única via de legitimação, ativa ou passiva, para quem queira participar, ou seja, chamado a participar da arbitragem, condiciona-se à própria convenção arbitral²⁶

No plano internacional, tanto nos países do Common Law quanto de Civil Law, a relatividade dos contratos também é reconhecida por meio da teoria denominada “*privacy of contracts*” ou “*privity of contract*”²⁷. O artigo 1.3. dos Unidroit Principles expressa a referida teoria ao determinar que:

A contract validly entered into **is binding upon the parties**. It can only be modified or terminated in accordance with its terms or by agreement or as otherwise provided in these Principles²⁸

²⁴ KATAOKA, Eduardo Takemi. *A Coligação Contratual*. 1a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, *apud* LEE, João Bosco. *Termopernambuco S/A v. Companhia Pernambucana de Gás – Copergás, Superior Court of Justice of Brazil, Recurso Especial No. 1.519.041 – RJ, 1 September 2015*, A contribution by the ITA Board of Reporters, Kluwer Law International, p. 34-35.

²⁵ KONDER, Carlos Nelson de Paula. *A “relativização da relatividade”: aspectos da mitigação da fronteira entre partes e terceiros nos contratos*. Scientia Iuris, Londrina, v. 23, n. 1, p. 84.

²⁶ WALD, Arnaldo. *A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos*. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo: Revista dos Tribunais, volume 2, maio-ago. 2004, p. 15.

²⁷ BORN, Gary B. *International Commercial Arbitration*. Vol I. Kluwer Law International, 2009, p. 1133.

²⁸ UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts, 2016. Disponível em: <https://www.unidroit.org/instruments/commercial-contracts/unidroit-principles-2016>.

Ressalta-se que, sobretudo no sistema jurídico inglês, os tribunais têm conferido lugar de destaque à doutrina do *privity of contract*, aplicando de forma rígida o referido princípio²⁹. No julgamento do caso *Arsanovia Ltd. & Ors v. Cruz City 1 Mauritius Holdings*, por exemplo, assentou a *High Court of Justice* que a lei inglesa exige que a intenção da parte de se vincular à cláusula compromissória seja demonstrada de maneira clara e inequívoca, não podendo ser meramente inferida³⁰.

Em sentido semelhante, argumentou o Tribunal Arbitral em sentença parcial proferida no âmbito do julgamento do ICC Case nº 1377, afirmando que "English law contains no statutory provisions empowering a Tribunal to compel arbitration against an unwilling non-signatory"³¹.

Por meio dos excertos acima destacados, observa-se que, tanto no plano nacional quanto estrangeiro, o princípio da relatividade dos contratos, fundamental para a interpretação do direito obrigacional, aplica-se à cláusula compromissória, vedando, aprioristicamente, a produção de efeitos a terceiros não signatários.

Nesse sentido, infere-se, à primeira vista, que, possuindo a cláusula compromissória natureza jurídica contratual, e devendo ser celebrada por escrito, apenas poderiam ser submetidas à arbitragem as partes que expressamente optaram por a ela se vincular, sob pena de violação do princípio da relatividade dos contratos.

Todavia, a próxima seção buscará demonstrar que a ideia de que a cláusula compromissória deve ser necessariamente contratada por escrito tem sido flexibilizada pela doutrina e pelos tribunais.

Além disso, como todo princípio jurídico, a relatividade dos contratos se submete a flexibilizações e sopesamentos diante da realidade fático-probatória, não havendo o que se falar em vedação absoluta à extensão da cláusula compromissória a terceiros não signatários.

Nesse contexto, a doutrina e a jurisprudência têm reconhecido hipóteses de ampliação da arbitrabilidade subjetiva, estendendo os efeitos das cláusulas compromissórias àqueles que não foram signatários do instrumento contratual, por compreenderem que há outros meios de

²⁹ ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?", p. 375-376. American University Business Law Review, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5/iss3/9>

³⁰ *Arsanovia Ltd. & Ors v. Cruz City I Mauritius Holdings* [2012] EWHC (Comm) 3702 [35] (Eng.). Disponível em: [https://www.oelaw.co.uk/images/uploads/judgments/Arsanovia_Ltd_Ors_v_Cruz_City_1_Mauritius_Holdings_2013_2_All_E_R_\(Comm\)_1.pdf](https://www.oelaw.co.uk/images/uploads/judgments/Arsanovia_Ltd_Ors_v_Cruz_City_1_Mauritius_Holdings_2013_2_All_E_R_(Comm)_1.pdf)

³¹ ICC Case 13777, partial award on jurisdiction dated April 2006, *apud* ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?", p. 376. American University Business Law Review, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5/iss3/9>

se demonstrar o consentimento das partes com a vinculação ao procedimento arbitral. As referidas correntes serão analisadas na próxima seção, abordando-se **(i)** A Teoria do Grupo de Companhias e **(ii)** a Teoria do Consentimento Implícito, sob as óticas nacional e internacional.

SEÇÃO II - EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A PARTES NÃO SIGNATÁRIAS: UMA VISÃO MENOS FORMALISTA DO DIREITO

Antes de se adentrar no estudo e apreciação das hipóteses de extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias, faz-se imprescindível que duas premissas fiquem claras, quais sejam: (i) a ideia de que a cláusula compromissória não precisa ser contratada por escrito, possuindo a forma escrita relevância meramente *ad probationem* e (ii) a possibilidade de flexibilização do princípio da relatividade dos contratos, de forma a permitir que uma parte não signatária possa sujeitar-se à cláusula compromissória.

A despeito da existência de posição doutrinária em sentido contrário, conforme exposto no capítulo precedente, Carlos Alberto Carmona adota orientação firme na linha de que o legislador pátrio haveria estabelecido forma rígida apenas para o compromisso arbitral, sem impor expressamente a natureza *ad substantiam* à forma escrita da cláusula compromissória³².

Em relação à forma, determina a Lei brasileira seja a cláusula celebrada por escrito. Tratando-se de contrato, sem formalidade específica, a não ser a utilização da escrita, submete-se a cláusula aos mecanismos gerais previstos na lei civil para a celebração dos contratos. **Assim, a forma epistolar, com todos os seus inconvenientes, é válida para a pactuação da cláusula de arbitragem, já que o legislador fixou norma rígida apenas para o compromisso (art. 9º da LA)**³³

Em sentido idêntico, aduz o professor José Eduardo Carreira Alvim, ao afirmar, em obra voltada à arbitragem, ser desnecessário que a cláusula compromissória seja revestida de forma específica e determinada, bastando que seja possível comprovar a vontade das partes de se vincular ao procedimento arbitral, tendo o termo escrito natureza meramente *ad probationem*³⁴.

Diversamente do compromisso, que deve revestir-se de forma especial, confundindo-se a sua forma com a própria existência do ato (art. 9º, §§1º e 2º, LA), exigindo-se, portanto, prova *ad substantiam*, **a cláusula compromissória, no direito brasileiro, não exige forma solene contentando-se a lei em que seja estipulada por escrito (art. 4º, §1º, LA), sendo a prova apenas *ad probationem***. Pode a cláusula ser convencionada mediante troca de correspondência epistolar entre as partes, telex, telegrama, fac-símile, desde que comprovada a proposta de uma das partes e a aceitação da outra³⁵

Em âmbito jurisprudencial, há precedentes do STF pela não homologação de sentença arbitral proferida fora do território nacional, *i.e.*, sentença arbitral estrangeira, ao fundamento

³² MELO, Leonardo de Campos. *Extensão da Cláusula Compromissória e Grupos de Sociedades*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 25

³³ CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo – Um Comentário à Lei no 9.307/96*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009, 3a edição, p.105.

³⁴ MELO, Leonardo de Campos op. cit., p. 25.

³⁵ ALVIM, José Eduardo Carreira. *Direito Arbitral*. 2 ed., 2004 *apud* MELO, Leonardo de Campos. *Extensão da Cláusula Compromissória e Grupos de Sociedades*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 25

de que seria nula a cláusula compromissória inserida em contrato desprovido da assinatura de uma das partes.

A título exemplificativo, o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Sentença Estrangeira Contestada nº 6.753-7, indeferiu a homologação da sentença arbitral estrangeira, acolhendo o argumento da parte sucumbente da arbitragem, segundo o qual a cláusula compromissória deveria ser declarada nula, por estar inserida em contrato de compra e venda isento da assinatura da sucumbente, levando à incompetência do tribunal arbitral estrangeiro³⁶.

Nos termos do voto do relator, Min. Marício Corrêa, ainda que a lei brasileira de arbitragem não exigisse uma forma solene para a cláusula compromissória, era essencial que a convenção de arbitragem, além de escrita, correspondesse à comunhão de vontade das partes, motivo pelo não se poderia admitir, no ordenamento jurídico pátrio, a convenção de arbitragem tácita³⁷.

Já o STJ, tribunal competente para homologação de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros desde a entrada em vir da Emenda Constitucional nº 45/2004, parece adotar entendimento em sentido diametralmente oposto, possuindo precedentes no sentido de que a cláusula compromissória escrita, ou escrita e assinada, possui natureza meramente *ad probationem*, devendo-se levar em consideração o comportamento adotado pelas partes durante a negociação, execução e rescisão de determinada relação contratual e ao longo do próprio procedimento arbitral, para que seja possível extrair a vontade das partes quanto à eleição da arbitragem como método de solução de conflitos.

O referido entendimento pode ser depreendido do julgamento das Sentenças Arbitrais Estrangeiras Contestadas nº 856/GB, nº 978/GB e nº 866/GB. No julgamento da SEC nº 856/GB, a Corte Especial do STJ assentou que, ainda que o contrato contendo a cláusula compromissória se encontrasse desprovido da assinatura de uma das partes, a participação ativa da parte não signatária no procedimento arbitral, sem a apresentação de impugnação, haveria demonstrado sua concordância tácita com a submissão do litígio ao referido procedimento³⁸.

Já no julgamento das Sentenças Arbitrais Estrangeiras Contestadas nº 978/GB e nº 866/GB, o STJ negou a homologação das referidas sentenças arbitrais, sob o fundamento de que, além de a cláusula compromissória não ter sido contratada por escrito e com a oposição de assinatura das partes contratantes, as requeridas não tinham participado do procedimento arbitral. Especificamente, nos autos da SEC nº 978/GB a requerida não apresentou defesa e

³⁶ Sentença Estrangeira Contestada nº 6.753-7, julgada pelo STF em 13.06.2002. DJ 04.10.2002.

³⁷ Idem.

³⁸ MELO, Leonardo de Campos op. cit., p. 27.

nem participou dos demais atos procedimentais³⁹, ao passo que, no âmbito da SEC nº 866/GB, a requerida não indicou árbitro e ainda questionou a competência do tribunal arbitral⁴⁰.

Nesse sentido, em ambos os casos acima elencados, o STJ compreendeu que não era possível, à luz dos elementos do caso concreto, confirmar a intenção da parte não signatária de se vincular à cláusula compromissória e, conseqüentemente, à resolução do litígio pela via arbitral.

Observa-se, portanto, que o fundamento para indeferir a homologação da sentença arbitral estrangeira não foi a inexistência de cláusula compromissória escrita ou de assinatura das partes, mas a insuficiência de elementos que demonstrassem a vontade da parte não signatária de se vincular àquele método de resolução de disputas.

Nessa toada, estando sedimentada a ideia de que a cláusula compromissória não precisa ser contratada por escrito para que possua validade no ordenamento jurídico pátrio, passa-se agora à análise do princípio da relatividade dos contratos sob uma ótica de maior flexibilização.

Assim como todo princípio jurídico, a relatividade dos contratos não pode ser lida e interpretada de maneira absoluta, devendo ser submetida a sopesamentos diante da realidade fático-probatória.

Nesse sentido, sobretudo no âmbito da arbitragem, em que vigoram os princípios (i) do consensualismo, por meio do qual se compreende que a manifestação de vontade das partes é apta a criar um contrato válido, independentemente de qualquer formalidade, e (ii) da autonomia de vontade das partes, parece mais coerente admitir a extensão dos efeitos da cláusula compromissória a terceiros não signatários sempre que restar evidente a vontade do terceiro não signatário de se vincular à arbitragem.

A professora Maria Helena Diniz, ao versar sobre o princípio do consensualismo, em sua obra voltada ao estudo da teoria das obrigações, aduz que:

Trata-se do princípio segundo o qual **o simples acordo de duas ou mais vontades basta para gerar o contrato válido**, pois, (...), não se exige, em regra, qualquer forma especial para a formação do vínculo contratual⁴¹.

Defende-se, portanto, que o comportamento de terceiros não signatários no curso da relação negocial deve gerar efeitos jurídicos, vinculando-o ao procedimento arbitral, desde que fique evidenciado que o terceiro não signatário teve participação significativa, seja na fase de negociação, execução ou rescisão do contrato.

³⁹ Ibid., p. 28.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ DINIZ, Maria Helena, *Curso de Direito Civil Brasileiro*, Vol. 3 – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais, 27ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2011, p. 47.

Nesse contexto, furtando-se a uma aplicação fria e formalista do direito, a doutrina e a jurisprudência nacional e internacional têm reconhecido hipóteses de ampliação da arbitrabilidade subjetiva, estendendo os efeitos da cláusula compromissória àqueles que não foram signatários do instrumento contratual, quando restar demonstrado, à luz dos elementos fático-probatórios do caso concreto, que a parte não signatária tinha intenção de se vincular à convenção de arbitragem.

As referidas teorias e entendimentos serão analisados na próxima seção, abordando-se (i) A Teoria do Grupo de Companhias e (ii) A Teoria do Consentimento Implícito, bem como a análise da doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira sobre a temática.

Aqui, um *disclaimer* é essencial. Para que se averigue a possibilidade de extensão subjetiva da cláusula compromissória a um terceiro não signatário, o primeiro passo é analisar a legislação aplicável à interpretação da própria convenção de arbitragem.

Nesse sentido, Daniel Busse leciona que:

Once applicable choice of law rules have been identified, **they will point to a substantive law** (as opposed to conflict of law rules i.e. potentially including the procedural law), **which will in turn answer the privity question.**⁴²

Ademais, deve-se compreender que as teorias que justificam a extensão da cláusula compromissória a terceiros devem ser analisadas em conjunto com o contexto fático-probatório, vedando-se sua aplicação à priori.

Afinal, tratando-se de exceção ao princípio da relatividade dos contratos e da contratação da cláusula compromissória por escrito, deve haver elementos suficientes no caso concreto que demonstrem o consentimento implícito do não signatário com a submissão à arbitragem, de modo que se legitime a extensão dos efeitos da cláusula para além das partes signatárias.

Ressalta-se, ainda, que, a depender do caso sob exame, será necessário que o Tribunal Arbitral aplique mais de uma teoria para justificar e embasar a extensão subjetiva da cláusula compromissória, evitando a banalização do instituto.

⁴² Busse, Daniel: *Privity to an Arbitration Agreement*. International Arbitration Law Review 2005, *apud* BOMAN, Marja. *Privity of Contract and Multi-Party Arbitration*. Edilex Editor, 2016. p.19. Disponível em <https://www.edilex.fi/artikkelit/16836>

2.1. A TEORIA DO GRUPO DE COMPANHIAS E O JULGAMENTO DO CASO DOW CHEMICAL

A Teoria do Grupo de Companhias remonta ao *Leading Case Dow Chemical* (ICC Case Nº 4131)⁴³. No caso em referência, quatro sociedades pertencentes ao Grupo Empresarial Dow Chemical deram início à arbitragem em face da companhia Isover Saint-Gobain. Ocorre que, entre as quatro companhias requerentes, somente duas delas assinaram os contratos de distribuição com a requerida, nos quais estavam inseridas cláusulas compromissórias.

No referido caso, que determinava a aplicação do regulamento de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – ICC, os ajustes estabeleciam a França como sede da arbitragem. O tribunal arbitral confirmou sua jurisdição para solucionar o litígio, em relação às quatro companhias pertencentes ao grupo Dow Chemical, a despeito de duas das requerentes não terem assinado cláusula compromissória ou compromisso arbitral com a requerida.

Um dos principais fundamentos da decisão proferida pelo tribunal arbitral foi a ideia de que, a despeito de as companhias pertencentes ao grupo econômico Dow Chemical possuírem cada qual uma personalidade jurídica própria, o conglomerado societário representava uma “*single economic reality*”, a qual deveria ser levada em consideração pelo tribunal arbitral no momento em que fosse analisar os limites subjetivos da cláusula compromissória⁴⁴.

Não obstante, deve-se compreender que o conceito de “realidade econômica única” não deve ser entendido como argumento que permita a extensão da cláusula compromissória para todo o grupo empresarial-econômico sempre que determinada companhia do grupo for signatária de uma cláusula compromissória. Nessa perspectiva, Berthold Goldman e Michel Vasseur explicam que:

The economic reality of the group was not in itself sufficient but was only to be taken into account in order to assess the true intention of the various companies. Indeed, the tribunal had noted in the award that all the entities of the Dow Chemical Group that were involved in the dispute considered themselves to be contractual partners of the distributors and that, similarly, the distributors considered that they had contracted with all of these entities⁴⁵

⁴³ The Dow Chemical Co. and others v. ISOVER. Saint Gobain, ICC Case No. 4131, Interim Award of 23 September. 1982.

⁴⁴ HALLA, Slavomír. *Non-signatories in International Commercial Arbitration: Contesting the Myth of Consent*. International and Comparative Law Review, 2018, vol. 18, no. 2, pp. 72-73.

⁴⁵ MAYER, Pierre. *Extension of the Arbitration Clause to Non-Signatories Under French Law*. In: HOUT, Tjaco T. van den (Org.) *Multiple Party Actions in International Arbitration*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 190, *apud* SILVA, João Marçal Rodrigues Martins da. *A Extensão dos Efeitos da Cláusula de Arbitragem para Partes não Signatárias*. Monografia apresentada na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 2010, p. 29.

A mesma ideia foi corroborada pelo Tribunal Arbitral, no âmbito do julgamento do caso ICC nº 10758, no qual se ressaltou o seguinte:

The extension of an arbitration agreement to a non-signatory **is not a simple question of structure or control between companies but rather a question of the participation of the non-signatory in the negotiations, in the conclusion or in the execution of the contract or his attitude** (including express or implied statements or bad faith) **towards the party seeking to bring the non-signatory into (or exclude from) the arbitration.** It is from this participation in the contract or from its attitude towards the other party that the arbitral tribunal can deduce "the common intention of the parties ..." which has been recognized in numerous awards (including the Dow Chemical case) as justifying the extension of the arbitration clause to a non-signatory⁴⁶.

De fato, ao analisar o caso *Dow Chemical*, além de averiguar a existência de um grupo econômico e de uma realidade econômica única, o Tribunal Arbitral levou em consideração os seguintes fatores para fundamentar sua decisão de extensão subjetiva da cláusula compromissória, *i.e.*, (i) a escolha de lei aplicável à cláusula compromissória e (ii) a efetiva atuação das partes não signatárias na negociação, execução e extinção dos contratos que continham a referida cláusula⁴⁷.

A escolha da lei aplicável à cláusula compromissória foi a primeira controvérsia apreciada pelo Tribunal Arbitral em sentença parcial datada de 23 de setembro de 1982. Com o objetivo de apreciar a preliminar de incompetência suscitada pela requerida, *i.e.* a Companhia Isover Saint-Gobain, coube aos árbitros definir qual seria a lei aplicável à interpretação e definição das partes integrantes ao procedimento arbitral.

Os dois contratos de distribuição celebrados entre as partes eram uniformes em determinar a lei francesa como a aplicável à resolução de eventuais litígios decorrentes das respectivas relações jurídico-contratuais. A requerida argumentou que o Tribunal Arbitral deveria considerar que a lei escolhida pelas partes como aplicável ao mérito da disputa também seria aplicável à interpretação da cláusula compromissória, ou seja, a legislação francesa também seria aplicável à interpretação da validade, do alcance e dos efeitos da convenção de arbitragem.

Invocando, contudo, o princípio da *separability*, por força do qual a cláusula compromissória deve ser considerada um contrato em apartado do instrumento jurídico

⁴⁶ ICC Award No. 10758, Clunet 2001, at 1171 et seq. Disponível em: <https://www.trans-lex.org/210758>

⁴⁷ JADOUL, Ilan. *Brazil: The binding effect of the arbitration clause in groups of companies and the group of companies doctrine*. Global Arbitration News, 2016. Disponível em: <https://globalarbitrationnews.com/20160516-the-binding-effect-of-the-arbitration-clause-in-groups-of-companies-and-the-group-of-companies-doctrine/>

contratual em que se encontra inserida, e com base no Regulamento da CCI, o qual conferia aos árbitros o poder para decidir acerca de sua própria competência, decidiu o Tribunal Arbitral que a lei aplicável ao contrato principal não se confundia com a lei aplicável à cláusula compromissória.

Nesse sentido, em razão do silêncio das partes quanto à escolha da lei aplicável para interpretação da cláusula compromissória, os árbitros determinaram que as regras de comércio internacional, *i.e.*, *lex mercatoria*, deveriam ser invocadas para a regência da interpretação da convenção arbitral, sobretudo as regras aplicáveis aos grupos societário, considerando as particularidades do caso concreto.

Havendo sido determinada a lei aplicável à cláusula compromissória, coube ao Tribunal Arbitral debruçar-se sobre os elementos fático-probatórios do caso concreto, de modo a averiguar se, de fato, a despeito da não aposição de assinatura no contrato de distribuição contendo cláusula compromissória, as companhias Dow Chemical France e The Dow Chemical Company poderiam atuar como partes requerentes naquele procedimento arbitral, ao lado das partes signatárias Dow Chemical A.G. e Dow Chemical Europe.

No tocante às tratativas negociais precedentes à celebração dos contratos de distribuição, as provas constantes do procedimento arbitral demonstraram que, embora, formalmente, não figurasse como parte signatária nos contratos de distribuição, a Dow Chemical France havia atuado de forma central e estratégica na negociação dos referidos instrumentos contratuais.

Quanto à participação da The Dow Chemical Company, restou evidente ao Tribunal Arbitral que não haveria possibilidade jurídica de os contratos de distribuição terem sido celebrados sem a anuência da referida sociedade, uma vez que era esta quem detinha a titularidade das marcas dos produtos objeto dos contratos de distribuição.

Nessa toada, concluiu o Tribunal Arbitral que, não obstante a inexistência de oposição da assinatura das referidas empresas nos contratos de distribuição, era evidente a participação de ambas no processo de negociação dos contratos.

Ademais, os árbitros consideraram que os elementos fático-probatórios eram robustos e demonstravam que as companhias sucedidas pela Isover Saint-Gobain compreendiam que, na prática, estavam negociando com o grupo Dow Chemical e não apenas com as partes que, expressamente, tinham assinado os contratos de distribuição.

Indo além, o Tribunal buscou perquirir se, além da efetiva participação da negociação dos contratos, teriam as partes não signatárias participado também da execução dos referidos instrumentos jurídicos. Também nesse aspecto, ficou comprovada a efetiva atuação das não

signatárias. Especificamente quanto à Dow Chemical France, tanto o contrato de distribuição celebrado em 1965 quanto o instrumento celebrado em 1968 estipulavam que seria esta a responsável principal por entregar as mercadorias à requerida.

Cabe ressaltar que, não obstante os contratos estipulassem que qualquer companhia do grupo societário Dow Chemical poderia realizar a entrega dos produtos, foi somente a Dow Chemical France que teve a referida atuação durante todo o período de vigência dos contratos, não havendo dúvidas, portanto, quanto à sua relevância na execução do contrato.

No que diz respeito à participação da The Dow Chemical Company na execução dos contratos de distribuição, mais uma vez, restou comprovado que não havia possibilidade jurídica de execução dos instrumentos jurídicos sem a sua manifesta anuência e participação, uma vez que era a pessoa jurídica detentora da titularidade das marcas dos produtos distribuídos na França pela requerida.

Ademais, o Tribunal Arbitral considerou que a existência de cláusulas em ambos os contratos de distribuição, estabelecendo que qualquer sociedade pertencente ao grupo empresarial Dow Chemical poderia realizar a entrega das mercadorias à requerida, evidenciava o liame existente entre o grupo econômico Dow Chemical e a Isover Saint-Gobain.

Estando confirmada a participação das não signatárias na negociação e execução dos contratos, coube ainda aos árbitros averiguar se as referidas sociedades também tinham desempenhado papel relevante na extinção das relações contratuais com a requerida.

Por meio da análise das correspondências trocadas entre as participantes do procedimento arbitral, concluiu o Tribunal que as não signatárias também tinham atuado de maneira relevante e central na extinção dos contratos. Em relação à Dow Chemical France, os documentos analisados pelos árbitros faziam referência expressa à referida companhia, revelando que, de fato, a parte havia desempenhado papel relevante em todo o curso contratual.

Já no tocante a The Dow Chemical Company, os árbitros também compreenderam que (i) seja pelo fato de deter a titularidade das marcas distribuídas pela Isover Saint-Gobain na França ou (ii) seja pelo fato de ser a controladora de todas as subsidiárias do grupo Dow Chemical, também não havia como se negar a participação ativa da referida parte não signatária nas três fases contratuais, i.e. (a) negociação, (b) celebração e (c) extinção dos contratos.

Como último argumento, o Tribunal Arbitral ressaltou que, no início do procedimento, a própria requerida havia reconhecido a participação efetiva da The Dow Chemical Company na relação contratual, ao afirmar que a referida sociedade era a titular das marcas dos produtos distribuídos e a responsável pela organização da cadeia produtiva, motivo pelo qual deteria a responsabilidade direta por eventuais irregularidades das mercadorias.

Com base em tais elementos, os árbitros entenderam ser incontroverso (i) que a Dow Chemical Company possuía o controle direto e efetivo de todas as suas subsidiárias participantes da relação contratual com a Isover Saint-Gobain e (ii) que tanto Dow Chemical Company quanto Dow Chemical France teriam atuado de forma efetiva nas três fases da relação contratual, não havendo dúvidas, portanto, de que sempre atuaram como participantes dos contratos, a despeito de não terem apostado suas assinaturas ao final dos contratos de distribuição.

Nesse sentido, firmou o Tribunal Arbitral o entendimento de que, no caso concreto, seria evidente a intenção das partes de vincular o grupo econômico Dow Chemical aos contratos de distribuição e às cláusulas compromissórias. Dessa maneira, o fato de as convenções arbitrais terem sido assinadas por algumas das companhias do grupo Dow Chemical, cumulado com a efetiva participação das não signatárias na negociação, execução e extinção dos contratos, implicaria na vinculação das não signatárias à cláusula compromissória.

Ao final da decisão, os árbitros invocaram, ainda, outros precedentes da CCI que estavam em consonância com o posicionamento adotado, tais como o CCI nº 2.375/1975 e CCI nº 1.434/1975, de acordo com os quais a realidade econômica subjacente às discussões e os interesses do comércio internacional deveriam prevalecer sob a análise fria e formalista da lei.

Finalmente, os árbitros também trouxeram à baila o caso CCI nº 2.138/1974, no qual ficou decidida a impossibilidade de extensão da cláusula compromissória à parte não signatária por não ter restado comprovado, naquele caso concreto em específico, a efetiva participação do terceiro não signatário na relação contratual.

Assim, concluiu o Tribunal Arbitral, que, por ter sido evidente a participação efetiva e central de Dow Chemical Company e Dow Chemical France durante as fases de negociação, execução e extinção dos contratos de distribuição, a interpretação a contrário sensu deveria ser adotada, estendendo-se os efeitos da cláusula compromissória a ambas as companhias.

Observa-se, portanto, que, no referido *leading case*, a assinatura da cláusula compromissória foi dispensada pelo tribunal arbitral, posto que consistiria em mera formalidade para averiguação do consentimento das demais requerentes em se vincular ao procedimento arbitral.

Nesse contexto, considerando que o consentimento havia sido comprovado pelo conjunto fático-probatório do caso analisado, os árbitros optaram por adotar uma solução em consonância com os interesses do comércio internacional e com a dinamicidade das relações contratuais, estendendo os efeitos da cláusula compromissória às partes não signatárias.

2.2. A TEORIA DO CONSENTIMENTO IMPLÍCITO NO PLANO INTERNACIONAL

No mesmo sentido da Teoria do Grupo de Companhias, a Teoria do Consentimento Implícito pode ser utilizada para embasar a extensão subjetiva da cláusula compromissória a partes não signatárias, quando ficar comprovado que a referida parte desempenhou função relevante na negociação, execução ou extinção contratual, demonstrando, por meio de seu comportamento, o consentimento tácito com os termos contratuais, entre os quais se inclui a existência de uma cláusula compromissória.

Quanto à possibilidade de extensão da cláusula compromissória quando restar demonstrado, no caso concreto, a intenção da parte não signatária de se vincular à convenção de arbitragem, veja-se o entendimento de William Park:

Arbitral jurisdiction based on implied consent involves a **non-signatory that should reasonably expect to be bound by (or benefit from) an arbitration agreement** signed by someone else, perhaps a related party. In such circumstances, no unfairness results when **arbitration rights and duties are inferred from behavior**.⁴⁸

Implied consent focuses on the parties' true intentions. Building on assumptions that permeate most contract law, joinder extends the basic paradigm of mutual assent to situations in which **the agreement shows itself in behavior rather than words**.⁴⁹

Pela análise dos excertos acima transcritos, observa-se que a teoria do consentimento implícito se pauta na análise do comportamento das partes ao longo da relação contratual, de modo a se averiguar se, por meio de uma atuação relevante, é possível inferir o consentimento do não signatário com o contrato principal e com a cláusula compromissória.

A ideia de que o comportamento de terceiros na execução de um instrumento contratual gera efeitos jurídicos, podendo sujeitar os não signatários a eventual procedimento arbitral, caso o contrato contenha cláusula compromissória, não se restringe ao plano teórico, já tendo sido adotada pela Suprema Corte Suíça no âmbito do julgamento do caso X. v. Y Engineering S.p.A:

a third party involving itself in the performance of the contract containing the arbitration agreement is deemed to have adhered to the clause by conclusive acts if it is possible to infer from its involvement its willingness to be bound by the arbitration clause⁵⁰

⁴⁸ PARK, William W. *Non-Signatories and International Contracts: An Arbitrator's Dilemma, in Multiple Party Actions in International Arbitration*, Oxford University Press, 2009, p.4.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ X. v. Y Engineering S.p.A., Tribunal Federal [TF] Apr. 7, 2014, ATF 4A_450/2014 7 (Switz). *apud* ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?", pp. 378-379. *American University Business Law Review*, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5/iss3/9>

No bojo da arbitragem internacional, a doutrina do consentimento implícito, igualmente intitulada de “*implied consent*”, já foi acatada pela *International Chamber of Commerce* no julgamento do caso ICC nº 9771/2001⁵¹.

No referido caso, determinada empresa comercializadora de commodities, requerente no procedimento arbitral, havia negociado a celebração de instrumento contratual, contendo cláusula compromissória, com a companhia transportadora A, que figurava como segunda requerida na arbitragem, para o fornecimento de 3.000 toneladas de matéria-prima. Após as tratativas comerciais, o contrato foi enviado para o escritório de Moscou da transportadora A, a qual assinou o instrumento e o remeteu novamente para a comercializadora de commodities.

No dia seguinte, o mesmo contrato, *i.e.*, contendo cláusulas, numeração e data idênticas ao instrumento anteriormente assinado, foi enviado novamente à empresa comercializadora de commodities, porém contendo a assinatura da empresa transportadora D, a qual figurava como primeira requerida no procedimento arbitral. Cumpre ressaltar que a empresa comercializadora de commodities apenas assinou a primeira versão contratual, na qual a transportadora A figurava como parte do instrumento.

No curso da execução contratual, coube à transportadora D realizar a entrega dos produtos, os quais foram rejeitados pela comercializadora de commodities, por não atenderem as especificações contratuais. Nesse sentido, não sendo possível chegar a uma solução amigável, a comercializadora de commodities deu início ao procedimento arbitral em face das transportadoras A e D. Ambas as transportadoras, contudo, argumentaram que apenas a companhia D deveria se vincular ao procedimento arbitral, visto que a transportadora A não havia participado da execução do contrato.

Não obstante, o árbitro único compreendeu que a cláusula compromissória contida no bojo do contrato assinado pela empresa comercializadora de commodities se estendia tanto à empresa transportadora A quanto à transportadora D, visto que a negociação e celebração do contrato se deram com a primeira requerida, ao passo que a execução contratual foi realizada pela segunda requerida, não havendo dúvidas quanto à vinculação de ambas ao procedimento arbitral.

O árbitro destacou, ainda, que o fato de a empresa comercializadora de commodities ter anuído com a participação da companhia D na execução contratual não liberava a transportadora A de suas obrigações contratuais, com as quais expressamente havia anuído ao

⁵¹ ICC Award No. 9771, YCA 2004, at 46 et seq. Disponível em: <https://www.trans-lex.org/209771>.

negociar e celebrar o contrato. Nesse sentido, ambas as Transportadoras foram solidariamente condenadas à restituição dos valores pagos pela Comercializadora de Commodities.

Além da participação do terceiro não signatário em alguma das etapas contratuais, o consentimento implícito com a vinculação à arbitragem também pode ser averiguado se, a despeito de a parte não ter assinado o contrato principal contendo a cláusula compromissória, o não signatário invocar a existência de convenção de arbitragem ao questionar a competência da corte local para decidir o mérito da disputa. Ressalta-se que esse foi o fundamento para a extensão da cláusula compromissória a terceiros não signatários nos casos ICC nº 7604 e 7610⁵².

Convém destacar, ainda, que a jurisprudência francesa vem adotando posição favorável à extensão da cláusula compromissória, sobretudo quando o contrato em questão envolver os interesses do comércio internacional. Nesse sentido, observe-se abaixo a decisão da Corte de Apelação de Paris no caso *Socit Ofer Brothers v. The Tokyo Marine and Fire Insurance Co.*, por meio do qual o Tribunal concluiu que:

Considering that the arbitration clause present in an international contract has its own validity and efficacy, such as to require its **extension to the parties directly involved in the performance of said contract provided their situation and activities indicate that they were aware of the existence and the scope of such clause**, which was agreed upon according to the **usages of international commerce**⁵³

Em sentido semelhante, decidiu a Corte de Cassação de Paris, no caso *Société Alcatel Bus. Sys. v. Amkor Tech*, orientando-se no sentido de que os efeitos da cláusula compromissória inserida em um contrato internacional deveriam ser estendidos às partes diretamente envolvidas na execução do contrato, vinculando-as a eventuais procedimentos arbitrais decorrentes de disputas geradas no âmbito contratual ⁵⁴.

A despeito da existência de farta jurisprudência no âmbito internacional a respeito da possibilidade de extensão da cláusula compromissória a terceiros não signatários quando ficar comprovado, ante a intervenção do terceiro na relação negocial, a intenção implícita de se

⁵² PARK, William W, op. cit., p. 9.

⁵³ *Société Ofer Brothers v. The Tokyo Marine and Fire Insurance Co.*, Cour d'appel [CA] [regional court of appeal] Paris, civ., Feb. 14, 1989 (Fr.) *apud* ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "*The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?*", p. 383. American University Business Law Review, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5/iss3/9>

⁵⁴ *Société Alcatel Bus. Sys. v. Amkor Tech.*, Cour de cassation [Cass.] [supreme court for judicial matters] le civ., Mar. 27, 2010, Bill civ. II, No. 129 (Fr.) *apud* ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "*The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?*", p. 383. American University Business Law Review, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5/iss3/9>

vincular ao procedimento arbitral, cumpre ressaltar que, assim como o judiciário inglês, as cortes portuguesas ainda se encontram relutantes na adoção do referido posicionamento.

Nesse sentido, em decisão proferida pela Corte de Apelação de Lisboa em 24 de março em 2015, na qual se discutia a possibilidade de extensão da cláusula compromissória a terceiro não signatário, o Tribunal português, indo na contramão da jurisprudência internacional decidiu que a intervenção do não signatário na relação contratual não seria suficiente para que se averiguasse a sua intenção de se vincular à cláusula compromissória, conforme se pode verificar no trecho abaixo:

The implied joinder ('implied consent') must arise from facts that demonstrate such joinder with a considerable level of probability (Article 217(1) of the Portuguese Civil Code); **in order to conclude for the existence of such implied consent, it will not be sufficient for the third non-signatory party to have intervened in the negotiation and performance phases of the contract in which the arbitration clause was inserted;** it is necessary that one can ascertain that such third non-signatory party has had actual knowledge of the existence of the arbitration clause and that it was aware that any dispute arising from that contract would be referred to arbitration, therefore allowing to infer its accession to that arbitration clause⁵⁵

Disso se vê que a possibilidade de extensão da cláusula compromissória a parte não signatária ainda é questão controvertida na jurisprudência internacional e que a escolha da lei aplicável à convenção de arbitragem, em conjunto com os elementos fático-probatórios do caso concreto, influenciará diretamente na referida decisão, não sendo possível estipular, aprioristicamente, em quais casos a extensão dos efeitos subjetivos da cláusula compromissória será ou não deferida pelas cortes locais e pelos tribunais arbitrais.

⁵⁵ HENRIQUES, Duarte Gorjão. *The extension of the Arbitration Clause: Update from Portugal*. Disponível em: <http://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/2015/05/08/the-extension-of-the-arbitration-clause-update-from-portugal/>.

2.3. AS TEORIAS DO GRUPO DE COMPANHIAS E DO CONSENTIMENTO IMPLÍCITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Após a análise da doutrina e jurisprudência internacionais acerca da possibilidade de extensão da cláusula compromissória a partes não-signatárias com base na Teoria do Consentimento Implícito e do Grupo de Companhias, cumpre examinar o entendimento que prevalece no ordenamento jurídico pátrio.

De antemão, é forçoso reconhecer que a Lei Brasileira de Arbitragem prevê, em seu art. 4º, parágrafo primeiro, que “a cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserida no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira”.

Todavia, apesar de a lei categoricamente determinar que a cláusula compromissória deverá ser escrita e estar prevista no contrato ou em outro instrumento a ele relacionado, não há qualquer previsão no sentido de que a aceitação da cláusula compromissória deve ser feita de forma expressa, ou seja, por meio da assinatura da parte.

Conforme sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento da SEC nº 856, a prova de consentimento com a cláusula compromissória pode ser averiguada, no caso concreto, por meio do “exame da conduta das partes em todas as etapas da relação contratual, isto é, no momento de negociação, celebração e execução do contrato, ou, ainda, na própria arbitragem”⁵⁶.

Na mesma linha, Marcela Kohlbach de Faria reconhece a aplicabilidade da teoria do consentimento implícito no ordenamento jurídico pátrio, advertindo, todavia, que a averiguação do consentimento, em tais hipóteses, exige prova complexa e que haverá necessidade de se analisar conjuntamente os elementos fático-probatórios, de modo a legitimar a participação da parte não signatária na arbitragem.⁵⁷

Acerca da mudança de entendimento quanto à necessidade de oposição de assinatura da parte no contrato contendo a cláusula compromissória para que esta venha a fazer parte do procedimento arbitral, esclarece Cristina Saiz Jabardo que:

Na prática atual [...], **cada vez mais, a constatação da existência do consentimento para arbitrar se faz não em função da oposição de assinaturas dos convenientes em documento escrito, mas, sim, a partir da vontade das partes.** A mudança de enfoque é clara: a noção de escrito, sendo mais abrangente, serve, tão-somente, como meio de prova da existência da convenção arbitral. Não é, porém, de sua essência, sua

⁵⁶ SCALETSCKY, Fernanda Sirotsky. *O Caso Trelleborg e a Extensão da Cláusula Compromissória a Partes Não Signatárias*. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no âmbito do Curso de Especialização em Direito Internacional, Ambiental e Consumidor, no ano de 2013, p. 24.

⁵⁷ FARIA, Marcela Kohlbach de. *Participação de terceiros na arbitragem*. São Paulo: Quartier Latin, 2020, p.225-226.

ausência não justificando a invalidade da convenção. **O importante, para que se tenha por cumprida a exigência de acordo escrito, é a existência de clara e livre manifestação de vontade das partes no sentido de submeterem-se à arbitragem, demonstrável por meio de documentos – ainda que desprovidos de assinatura**⁵⁸

No âmbito jurisprudencial, os Tribunais também vêm reconhecendo a possibilidade de que o consentimento com a submissão de litígios à arbitragem se dê de maneira implícita, a ser averiguada diante dos elementos fático-probatórios do caso concreto.

A propósito, vale destacar o julgamento da SEC nº 856, também conhecida como caso L’Aiglon v. Têxtil União⁵⁹. O referido caso fazia referência à celebração de dois contratos de compra e venda internacional de algodão, no qual a companhia brasileira Têxtil União figurava como compradora e a empresa suíça L’Aiglon figurava como vendedora. Ambos os contratos contemplavam cláusula compromissória prevendo que eventuais litígios decorrentes da relação contratual seriam submetidos à arbitragem a ser administrada pela Liverpool Cotton Association (LCA).

A lide decorreu do fato de a companhia brasileira não ter adimplido com o pagamento integral dos produtos. Nesse sentido, após tentativas falhas de autocomposição, a empresa suíça deu início à arbitragem que culminou na condenação da Têxtil União ao pagamento do valor de cerca de um milhão de dólares à L’Aiglon.

Em sede de ação de homologação de sentença arbitral estrangeira, argumentou a Têxtil União que não havia anuído com a submissão do litígio ao procedimento arbitral e que não estaria vinculada à cláusula compromissória constante dos contratos de compra e venda de algodão, por não os haver assinado, não tendo, portanto, manifestado expressamente sua concordância com a referida cláusula. Como consequência lógica, deveriam ser consideradas nulas tanto as cláusulas como a sentença arbitral.

L’Aiglon, por sua vez, alegou que a companhia brasileira havia participado de forma ativa do procedimento arbitral, *i.e.*, nomeando um dos co-árbitros, apresentando contrarrazões e recurso à sentença arbitral. Ademais, argumentou-se que a Têxtil União não haveria impugnado a jurisdição do tribunal arbitral em nenhum momento no curso do procedimento e, ainda, que a lei brasileira de arbitragem exigiria apenas que a cláusula compromissória estivesse estipulada por escrito, não havendo a imposição de que a manifestação de vontade das partes se desse da mesma maneira.

⁵⁸ JABARDO, Cristina Saiz. “*Extensão*” da Cláusula Compromissória na Arbitragem Comercial Internacional: o caso dos grupos societários. Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, no ano de 2009. p. 104.

⁵⁹ STJ, SEC nº 856 GB 2005/0031430-2, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Julgamento em 18.05.2005, Corte Especial, DJ 27.06.2005.

No sobredito julgado, compreendeu o Superior Tribunal de Justiça que a falta de assinatura do contrato pela requerida não teria o condão de macular a celebração da convenção de arbitragem, posto que a anuência da Têxtil União com o procedimento arbitral havia sido evidente diante de sua participação ativa na arbitragem.

Nos termos do voto do relator, Min. Carlos Alberto Menezes Direito⁶⁰:

A leitura da contestação revela que a argumentação desenvolvida está centrada na inexistência de concordância expressa sobre a cláusula compromissória. Mas, como demonstrado **houve inequívoca aceitação da convenção arbitral, a tanto equivale à participação da empresa requerida no processo.**

Em conclusão, considerando a prática internacional em contratos da espécie, que deve ser sempre relevada, não vejo como desqualificar a existência da convenção arbitral. **A participação da requerida no processo, com a apresentação de razões e a intenção de nomear novo árbitro indica manifestação indubitosa sobre a existência acordada da cláusula compromissória.**

Como se vê, no julgamento da referida ação de homologação de sentença arbitral, posicionou-se o STJ, nos termos do voto do Min. Carlos Alberto Direito, no sentido de que a requerida, (i) ao não impugnar a instauração do procedimento arbitral e (ii) ao participar ativamente do referido procedimento, apresentando suas contrarrazões, e, inclusive, requerendo a nomeação de novo árbitro, haveria manifestado de forma inequívoca seu consentimento com a submissão do conflito à arbitragem, conquanto não tivesse oposto sua assinatura na cláusula compromissória.

Especificamente quanto à Teoria do Grupo de Companhias há, na jurisprudência pátria, um *leading case* que trata dessa questão, *i.e.*, caso Trelleborg vs. Anel, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 2006⁶¹.

O caso em referência trata-se de recurso de apelação interposto por Trelleborg do Brasil Ltda. e Trelleborg Industri AB (“Trelleborg”) em face da companhia Anel Empreendimentos, Participações e Agropecuária Ltda. (“Anel”).

A demanda objetivava o reconhecimento da ilegitimidade passiva da Trelleborg Industri AB (controladora do grupo Trelleborg) para participar do procedimento arbitral, como requerida, ao lado da Trelleborg do Brasil Ltda⁶².

A apelação buscava, portanto, reverter sentença que (i) julgou procedente a Ação de Execução Específica da Cláusula Compromissória, ajuizada pela Anel e (ii) determinou a

⁶⁰ Idem.

⁶¹ TJ-SP, Apelação n. 267.450.4/6-00- 7a Câmara de Direito Privado, Rel. Desembargadora Constança Gonzaga, São Paulo, 24 de maio de 2006.

⁶² SCALETSCY, Fernanda Sirotsky. *O Caso Trelleborg e a Extensão da Cláusula Compromissória a Partes Não Signatárias*. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no âmbito do Curso de Especialização em Direito Internacional, Ambiental e Consumidor, no ano de 2013, p. 10.

instauração do procedimento arbitral em face de Trelleborg do Brasil Ltda. e Trelleborg Industri AB. Os eventos desenrolaram-se da maneira abaixo exposta.

Anel e seu sócio-diretor detinham 100% (cem por cento) da participação societária da Companhia PAV- Projetos e Aplicações de Vibrotécnica de Vedação Ltda. (“PAV”), empresa responsável pela produção e comercialização de borracha e demais produtos utilizados na indústria automobilística.

No ano de 1997, Trelleborg do Brasil Ltda. (subsidiária do grupo societário Trelleborg) adquiriu 60% (sessenta por cento) da participação societária de PAV e alterou a razão social da companhia, que passou a denominar-se Trelleborg PAV Ltda. (“Trelleborg PAV”).

A lide iniciou-se quando Trelleborg Holding AB (outra companhia subsidiária do grupo Trelleborg) adquiriu a companhia AVS Brasil Getoflex Ltda (“AVS”). Segundo Anel, a AVS seria uma das principais concorrentes de Trelleborg PAV no país, o que resultaria em concorrência desleal, inviabilizando os negócios da empresa.

De acordo com Anel, Trelleborg do Brasil (detentora de 60% de Trelleborg PAV) havia violado a *affectio societatis* ao permitir que outra companhia do grupo Trelleborg adquirisse a principal concorrente de Trelleborg PAV.

A situação se tornou ainda mais preocupante quando Anel constatou que os mesmos indivíduos integrariam os Órgãos Sociais de Trelleborg PAV e o Conselho de Administração da AVS.

Em vistas do acima exposto, Anel pretendia instaurar arbitragem em face de Trelleborg do Brasil (detentora de 60% de Trelleborg PAV) e de Trelleborg Industri AB (controladora do grupo Trelleborg e, indiretamente, detentora da Trelleborg PAV e da AVS).

A questão central, portanto, dizia respeito à existência ou não de legitimidade passiva da Trelleborg Industri AB para figurar como requerida, ao lado de Trelleborg do Brasil, no procedimento arbitral, posto que não havia assinado o contrato de compra e venda de quotas de PAV, no qual se inseria a cláusula compromissória invocada por Anel.

Em primeira instância, o TJSP julgou procedente a Ação de Instituição de Arbitragem ajuizada pela Anel, determinando a instauração do procedimento arbitral em face de ambas as companhias, Trelleborg do Brasil e Trelleborg Industri AB⁶³.

Cumprе ressaltar que a sentença rejeitou o pedido de reconhecimento de ilegitimidade passiva da Trelleborg Industri AB, ao fundamento de que haveria sido clara a interferência e influência da controladora na celebração do contrato de compra e venda de quotas de PAV,

⁶³ TJSP, Ação Ordinária n. 000.01.060969-5- 13a Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo, Juiz Ademir Modesto de Souza, São Paulo, 15 de maio de 2002.

devendo, portanto, ser vinculada ao instrumento contratual, apesar de não constar como parte signatária⁶⁴.

Insatisfeitos com a decisão, Trelleborg do Brasil Ltda. e Trelleborg Industri AB interpuseram recurso de apelação. Ao julgar o recurso, o TJSP preservou incólume a decisão de primeira instância, compreendendo que, de fato, os elementos fático-probatórios evidenciaram o envolvimento de Trelleborg Industri AB com o contrato de compra e venda de quotas de PAV.

Ressalta-se que a participação contínua da controladora nas negociações contratuais foi fundamental para que o TJSP reconhecesse sua vinculação ao contrato e, conseqüentemente, à cláusula compromissória. Veja-se, abaixo, trecho de voto da Desembargadora Constanza Gonzaga, relatora do caso, que bem ilustra esse entendimento:

Expostos esses fatos, acrescenta-se que **a apelante "Trelleborg Industri AB", em várias oportunidades, vem demonstrando o seu vínculo com a questão objeto dos autos, ou seja: participou como figurante em "Carta de Intenção", conforme docs. 4 e 5 de fls. 27; enviou carta redigida nos idiomas português e inglês em que são abordados termos da negociação; o documento n. 6, retrata carta enviada pela "Trelleborg Industri AB", demonstrando interesse na efetivação dos negócios (fls. 38/39); o documento 11, nada mais é do que a versão para o inglês do contrato, dele constando a "Trelleborg Industri AB", representada pelo Sr. Nils Olaf Lennart Nöjd, vertido também para o português (fls. 103⁶⁵)**

Verifica-se, portanto, a postura vanguardista adotada pelo TJSP que, já em 2006, reconhecia a possibilidade de extensão da cláusula compromissória a terceiros não signatários, inseridos no mesmo grupo empresarial, quando comprovada a intervenção do não signatário na negociação do instrumento contratual.

A referida decisão demonstra a recepção da teoria do grupo de companhias pelo ordenamento jurídico pátrio, reforçando o entendimento de que a anuência com a cláusula compromissória pode ser demonstrada por outros elementos, não se restringindo à oposição de assinatura das partes no contrato principal⁶⁶.

⁶⁴ Ao julgar o mérito da lide, o tribunal arbitral considerou parcialmente procedente o pedido de Anel e condenou solidariamente as requeridas ao pagamento de cerca de quatro milhões de dólares, referente à participação de Anel na Trelleborg PAV.

⁶⁵ TJ-SP, Apelação n. 267.450.4/6-00- 7a Câmara de Direito Privado, Rel. Desembargadora Constança Gonzaga, São Paulo, 24 de maio de 2006, *apud* SCALETSECKY, Fernanda Sirotsky. *O Caso Trelleborg e a Extensão da Cláusula Compromissória a Partes Não Signatárias*. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no âmbito do Curso de Especialização em Direito Internacional, Ambiental e Consumidor, no ano de 2013, p. 10.

⁶⁶ WALD, Arnaldo. GALINDEZ, Valéria. *Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira. Contrato Não assinado. Desnecessidade de Concordância Expressa com a Cláusula Compromissória*. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 10, jul.-set./2006.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo discutir se, no ordenamento jurídico pátrio, haveria a possibilidade de extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias à luz das teorias do grupo de companhias e do consentimento implícito, ou se, ao revés, a referida extensão representaria uma afronta aos princípios da autonomia da vontade das partes, pedra angular para que o instituto arbitral fosse considerado constitucional no país, e da relatividade dos contratos.

Nesse sentido, como ponto de partida da análise, foram apresentados os argumentos, de ordem teórica, que poderiam levar à conclusão pela impossibilidade de extensão dos efeitos da cláusula compromissória àqueles que não se vincularam expressamente ao instituto. Para tanto, buscou-se remontar o contexto da decisão declaratória de constitucionalidade da arbitragem no país, bem como foram abordados os princípios da autonomia da vontade das partes e da relatividade dos contratos.

Foram, ainda, apresentadas algumas decisões proferidas pelo STF e pelo STJ em que os Tribunais compreenderam ser imprescindível a assinatura da cláusula compromissória pelas partes para que a renúncia à jurisdição estatal fosse considerada válida e eficaz.

Em seguida, este artigo se propôs a introduzir uma visão menos formalista do direito, abordando (i) a ideia de que a cláusula compromissória não precisa ser contratada por escrito, possuindo a forma escrita natureza meramente *ad probationem* e (ii) a possibilidade de flexibilização do princípio da relatividade dos contratos à luz do princípio do consensualismo.

Feito isso, buscou-se abordar duas das principais teorias que justificam a possibilidade de extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias, a saber: a Teoria do Grupo de Companhias e a Teoria do Consentimento Implícito.

As teorias foram apresentadas sob a ótica internacional, fazendo referência aos *leading cases* e à doutrina estrangeira. Em relação à Teoria do Grupo de Companhias, este trabalho buscou imiscuir-se em uma análise detalhada do caso Dow Chemical. Já no tocante à Teoria do Consentimento Implícito, foram apresentados o julgamento de casos sob a ótica dos ordenamentos jurídicos suíço, francês e português.

Finalmente, as teorias foram abordadas sob a ótica nacional, apelando-se à doutrina pátria e remontando-se ao julgamento dos casos L' Aiglon v. Têxtil União e Trelleborg vs. Anel, os quais evidenciaram, respectivamente, a incorporação das teorias do consentimento implícito e do grupo de companhias como hipóteses de extensão da cláusula compromissória a terceiros não signatários.

A conclusão final deste trabalho é a de que o ordenamento jurídico pátrio permite a extensão subjetiva dos efeitos da cláusula compromissória, mas essa extensão deve ser realizada de forma fundamentada, e com base nos elementos fático-probatórios do caso concreto, demonstrando-se (i) a existência de uma realidade econômica única, em conjunto com a participação da sociedade não signatária em alguma das etapas contratuais ou (ii) o consentimento implícito com a submissão da arbitragem, a ser averiguado por meio do comportamento do terceiro não signatário no âmbito da relação contratual.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Eduardo Carreira. Direito Arbitral. 2 ed., 2004

Arsanovia Ltd. & Ors v. Cruz City I Mauritius Holdings [2012] EWHC (Comm) 3702 [35] (Eng.)

BOMAN, Marja. Privity of Contract and Multi-Party Arbitration. Edilex Editor, 2016. p.19. Disponível em <https://www.edilex.fi/artikkelit/16836>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

BORN, Gary B. International Commercial Arbitration. 2nd edition. Kluwer Law International 2014. p. 350

BORN, Gary B. International Commercial Arbitration. Vol I. Kluwer Law International, 2009, p. 1133.

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 3. ed. p. 140

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo – Um Comentário à Lei no 9.307/96. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2004, 2a edição, pp. 158/159

DE LIMA, Cláudio Vianna. Autonomia do Juízo Arbitral. Revista de Arbitragem e Mediação. vol. 34/2012. p. 353. Jul. 2012.

DI CELIO, Paulo Salles Cristofaro. Extensão subjetiva da cláusula compromissória: consentimento e realidade comercial. Monografia apresentada na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 2016, sob a orientação do Prof. Lauro Gama Jr. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30342/30342.PDF>>. Último acesso em: 14 de outubro de 2020.

DINIZ, Maria Helena, Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 3 – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais, 27ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2011,

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Arbitragem, Jurisdição e Execução. São Paulo: RT, 1999, p. 184.

FOUCHARD, Philippe et. al. Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration. The Hague: Kluwer Law International, 1999, p. 148.

FOUCHARD, Philippe; GAILLARD, Emmanuel; GOLDMAN, Berthold. Fouchard Gaillard Goldman on International Arbitration. The Hague: Kluwer Law International, 1999.

GOMES, Orlando. Contratos. 26a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 46

HALLA, Slavomír. Non-signatories in International Commercial Arbitration: Contesting the Myth of Consent. *International and Comparative Law Review*, 2018, vol. 18, no. 2, pp. 72-73.

HANOTIAU, Bernard. *Complex Arbitrations: Multiparty, Multicontract, Multi-issue and Class Actions*. The Hague: Kluwer Law International, 2005.

HENRIQUES, Duarte Gorjao. The extension of the Arbitration Clause: Update from Portugal. Disponível em: <http://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/2015/05/08/the-extension-of-the-arbitration-clause-update-from-portugal/>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

ICC Award No. 10758, Clunet 2001, at 1171 et seq. Disponível em: <https://www.trans-lex.org/210758>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

ICC Award No. 9771, YCA 2004, at 46 et seq. Disponível em: <https://www.trans-lex.org/209771>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

JABARDO, Cristina Saiz. “Extensão” da Cláusula Compromissória na Arbitragem Comercial Internacional: o caso dos grupos societários. Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, no ano de 2009. p. 104.

JADOUL, Ilan. Brazil: The binding effect of the arbitration clause in groups of companies and the group of companies doctrine. *Global Arbitration News*, 2016. Disponível em: <https://globalarbitrationnews.com/20160516-the-binding-effect-of-the-arbitration-clause-in-groups-of-companies-and-the-group-of-companies-doctrine/>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

KONDER, Carlos Nelson de Paula. A “relativização da relatividade”: aspectos da mitigação da fronteira entre partes e terceiros nos contratos. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 84.

LEE, João Bosco, Parecer – Caso Inepar v. Itiquira', *Revista Brasileira de Arbitragem*, (Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB 2008, Volume V Issue 17) pp. 62 - 82. Disponível em: <https://www.kluwerarbitration-com.sbproxy.fgv.br/document/kli-ka-rba-0517006->. Acesso em 05 de setembro de 2020.

LEE, João Bosco. 'Termopernambuco S/A v. Companhia Pernambucana de Gás – Copergás, Superior Court of Justice of Brazil, Recurso Especial No. 1.519.041 – RJ, 1 September 2015', A contribution by the ITA Board of Reporters, Kluwer Law International, p. 34-35.

MARTINS, Pedro A. Batista. Arbitragem. Capacidade, Consenso e Intervenção de Terceiros: Uma Sobrevista. Disponível em <http://batistamartins.com/arbitragem-capacidade-consenso-e-intervencao-de-terceiros-uma-sobrevista-2/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

MARTINS, Pedro A. Batista. *Estudos de Arbitragem Mediação e Negociação Vol.2*. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2003. pp. 72-73.

MAYER, Pierre. Extension of the Arbitration Clause to Non-Signatories Under French Law. In: HOUT, Tjaco T. van den (Org.) Multiple Party Actions in International Arbitration. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MELO, Leonardo de Campos. Extensão da Cláusula Compromissória e Grupos de Sociedades. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MUNHOZ, Eduardo. Arbitragem e grupos de sociedades. In: VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). Aspectos da arbitragem institucional: 12 anos da Lei nº 9.307/1996. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 154-155.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil comentado. Código de Processo Civil Comentado. 7 ed. São Paulo: RT, 2003. P.1.432

PARK, William W. Non-Signatories and International Contracts: an Arbitrators Dilemma. In: HOUT, Tjaco T. van den (Org.). Multiple Party Actions in International Arbitration. Oxford: Oxford university Press, 2008

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Volume III: Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 18a ed., 2014, p. 19.

ROMERO, Eduardo Silva; SAFFER, Luis Miguel Velarde "The Extension of The Arbitral Agreement to Non-Signatories in Europe: A Uniform Approach?", p. 375-376. American University Business Law Review, Vol. 5, No. 3 (2018). Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol5iss3/9>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

SCALETSCKY, Fernanda Sirotsky. O Caso Trelleborg e a Extensão da Cláusula Compromissória a Partes Não Signatárias. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Direito Internacional, Ambiental e Consumidor, apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Costa Morosini. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/129419>>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

SCHILL, Stephen W. In: BERG, Albert Jan van Den. Legitimacy: Myths, Realities, Challenges. Kluwer Law International, 2015. 18 v. (ICCA Congress Series). p. 789-827.

SILVA, João Marçal Rodrigues Martins da. A Extensão dos Efeitos da Cláusula de Arbitragem para Partes não Signatárias. Monografia apresentada na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 2010, sob a orientação do Prof. Lauro Gama Jr. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16779/16779.PDF>>. Último acesso em: 16 de outubro de 2020.

SOCIÉTÉ ALCATEL BUS. Sys. v. Amkor Tech., Cour de cassation [Cass.] [supreme court for judicial matters] le civ., Mar. 27, 2010, Bill civ. II, No. 129 (Fr.)

SOCIÉTÉ OFER BROTHERS v. The Tokyo Marine and Fire Insurance Co., Cour d'appel [CA] [regional court of appeal] Paris, civ., Feb. 14, 1989 (Fr.)

STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, Plenário, Relator Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 12/12/2001.

STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ 04.10.2002

STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007

STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005

The Dow Chemical Co. and others v. ISOVER. Saint Gobain, ICC Case No. 4131, Interim Award of 23 September. 1982.

TJSP, Ação Ordinária n. 000.01.060969-5- 13a Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo, Juiz Ademir Modesto de Souza, São Paulo, 15 de maio de 2002.

TJSP, Apelação n. 267.450.4/6-00- 7a Câmara de Direito Privado, Rel. Desembargadora Constança Gonzaga, São Paulo, 24 de maio de 2006.

WALD, Arnaldo. A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 1, n. 2, maio/ago. 2004, pp. 48-50.

WALD, Arnaldo. GALINDEZ, Valéria. Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira. Contrato Não assinado. Desnecessidade de Concordância Expressa com a Cláusula Compromissória. Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo, v. 10, jul.-set./2006.

WALD, Arnaldo. Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. Ano 1, n. 2, mai-ago., 2004. p 48

X. v. Y Engineering S.p.A., Tribunal Federal [TF] Apr. 7, 2014, ATF 4A_450/2014 7 (Switz). Disponível em: <http://www.swissarbitrationdecisions.com/extension-arbitral-clause-good-faith-grounds>. Acesso em 20 de outubro de 2020.